



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0010515-60.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
 Requerente: **SANDRA MARIA MARTELLO DE MOURA**
 Requerido: **Empresa Brasileira de Telecomunicações - Embratel**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que contratou com a ré a prestação de serviços de telefonia, recebendo posteriormente notificação de débito mesmo estando com todos os pagamentos em dia.

Alegou ainda que a ré lhe encaminhou fatura com valor exorbitante, derivado de ligação que não reconhece, e mesmo antes do respectivo vencimento bloqueou os serviços.

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES:**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (‘‘Comentários ao Código de Defesa do Consumidor’’, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como a autora ostenta esse status em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que a ré não refutou especificamente os fatos articulados pela autora.

Nesse sentido, ela não esclareceu por qual razão encaminhou à mesma notificação de débito ainda que os pagamentos que lhe diziam respeito estivessem em dia.

Não negou também a suspensão no fornecimento dos serviços a seu cargo ou o que teria dado ensejo a isso, porquanto a autora não estava em atraso quanto às suas obrigações.

Não forneceu explicação, por fim, para a ligação destacada a fl. 10, em valor e duração incompatíveis com todas as outras feitas pela autora ao longo do tempo.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao reconhecimento de que a fatura questionada não pode prevalecer, inexistindo lastro minimamente sólido que desse respaldo ao valor nela inserido ou certeza de que a autora tivesse na verdade promovido a ligação aludida.

A mesma solução aplica-se à reparação dos danos morais sofridos pela autora.

Sobre a matéria, e reiterando o já destacado, a ré não deu explicação concreta para o bloqueio dos serviços contratados, nada o justificando.

Outrossim, se isso já seria bastante para acarretar abalo a qualquer pessoa mediana, sua relevância aumenta muito no caso da autora porque dependia da linha telefônica para o desempenho de sua atividade laborativa.

É despidendo aprofundar a discussão para firmar a certeza de que a situação posta por responsabilidade exclusiva da ré propiciou frustração de vulto à autora que rende ensejo a dano moral indenizável.

O valor da indenização está em consonância com os critérios usualmente empregados em casos afins (condição econômica das partes e grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado), devendo ser acolhido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a inexigibilidade da cobrança tratada nos autos, no importe de R\$ 320,92, para determinar à ré a expedição de nova fatura em substituição à de fls. 09/11, subtraindo dela o valor de R\$ 264,20, e para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 5.000,00, acrescida de correção monetária, a partir da propositura da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Torno definitiva a decisão de fls. 20/21.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 08 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**